



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO Nº /2024

(Da Sra. Daniela Reinehr)

Requer a realização de audiência pública para tratar da venda da maior reserva de urânio do Brasil para uma estatal chinesa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debatermos sobre a venda da maior reserva de urânio do Brasil para uma estatal chinesa.

Solicito, assim, sejam convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério da Defesa; e
- Representante das Indústrias Nucleares do Brasil

JUSTIFICAÇÃO

O urânio é um recurso estratégico e sensível para a segurança energética e nuclear do Brasil. Qualquer decisão envolvendo sua exploração e comercialização precisa ser analisada sob a ótica da soberania nacional, com atenção aos riscos de dependência externa e vulnerabilidade estratégica.

Por ser um insumo essencial na produção de energia nuclear e em tecnologias de defesa, a gestão de reservas de urânio tem impacto direto na



segurança nacional. A transferência de controle sobre esse recurso para uma estatal estrangeira, especialmente de um país como a China, com interesses geopolíticos globais significativos, requer análise criteriosa.

A sociedade brasileira tem o direito de saber os critérios técnicos, econômicos e geopolíticos utilizados para justificar a venda, além das condições do contrato. Deve-se garantir que a transação foi conduzida com transparência, respeitando os interesses do país.

A venda de ativos estratégicos para uma estatal de um país estrangeiro deve ser analisada no contexto das relações bilaterais do Brasil com essa nação. É fundamental avaliar o impacto dessa negociação na política externa brasileira e na percepção do Brasil no cenário internacional.

A exploração de reservas de urânio pode trazer impactos significativos nas esferas econômica e ambiental. O Poder Executivo deve esclarecer como esses fatores foram considerados na negociação, bem como a destinação dos recursos gerados.

É necessário verificar se a venda está de acordo com o marco regulatório do setor mineral e com as políticas de proteção ao patrimônio estratégico nacional.

Essa audiência pública se justifica para garantir que a decisão esteja alinhada com os interesses estratégicos do Brasil e para promover maior transparência em um tema de tamanha relevância.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputada Daniela Reinehr
PL/SC

